

CARTA AOS SECRETÁRIOS ESTADUAIS DE SAÚDE: EM NOME DO COMPROMISSO ÉTICO COM A REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA

Prezado(a) Secretário(a)

A defesa, construção e garantia dos direitos dos cidadãos é, sem dúvida, a tarefa por excelência da sociedade e, em particular, dos poderes executivos. A evidente fragilidade e descompromisso do atual governo federal, em especial na área da saúde, tem colocado em risco o chamado pacto interfederativo, abandonando nas mãos dos gestores estaduais e municipais a sustentação de políticas importantes e vitais para a população brasileira.

Neste momento de ameaça de retrocessos da Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas por parte do governo federal, dirigimo-nos aos Secretários Estaduais de Saúde para manifestar nossa profunda preocupação e solicitar seu apoio na defesa da Reforma Psiquiátrica, processo tão durante construído e sustentado, com reconhecimento internacional e que, apesar de dificuldades de várias ordens, conquistou corações e mentes da sociedade brasileira.

Paradoxalmente, em plena pandemia, o governo federal, juntamente com a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), vem a público no dia 03 de dezembro do corrente ano, em reunião do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde (CONASS), propor revogação de portarias essenciais para o funcionamento da rede de atenção psicossocial, atropelando os milhões de usuários, familiares e trabalhadores comprometidos com a defesa de uma saúde mental inclusiva, diversificada, territorializada e sem manicômios.

É evidente que a referida proposta traz em seu bojo o retrocesso a um cuidado centrado na internação asilar, prioritariamente no tratamento médico centrado e a extinção de financiamento dentro do SUS de serviços essenciais como os Consultórios na/de Rua, Serviços Residenciais Terapêuticos e Unidades de Acolhimento.

Enquanto a OMS indica a aplicação de 5% dos recursos da saúde na saúde mental, no Brasil, estudos recentes têm demonstrado que em 2010 havia aplicação de 2,7% do orçamento e que em 2016 caiu para 1,6%.

Essas medidas representarão perdas de recursos financeiros para os municípios que são hoje responsáveis pela operacionalização da rede de atenção psicossocial. Tais proposições voltarão a fazer dos gestores públicos, reféns do sistema privado, além de graves comprometimentos na qualidade de oferta da assistência prestada.

Portanto, enquanto entidades representativas dos movimentos sociais ligados à luta antimanicomial, solicitamos aos Secretários Estaduais de Saúde que repudiem o

desmonte em curso e defendam a Reforma Psiquiátrica que foi determinante para a construir possibilidades de vida digna e assegurar liberdade e cidadania para as pessoas em sofrimento mental do nosso país.

#PorUmaSociedadeSemManicômios

08 de dezembro de 2020

Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial – RENILA

Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de MG – ASUSSAM/MG

Associação de Usuários e Familiares de Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Alagoas – ASSUMA/AL

Associação de Usuários, Familiares e Amigos da Luta Antimanicomial, de Palmeira dos Índios/AL – ASSUMPI/AL

Associação Loucos Por Você – Ipatinga/MG

Coletivo Baiano da Luta Antimanicomial – CBLA/BA

Fórum Cearense da Luta Antimanicomial/CE

Fórum de Saúde Mental de Maceió/AL

Fórum Gaúcho de Saúde Mental/RS

Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba – FLAMAS/SP

Fórum Mineiro de Saúde Mental/MG

Frente Mineira Drogas e Direitos Humanos/MG

Movimento da Luta Antimanicomial/PA

Movimento Pró-Saúde Mental/DF

Núcleo de Estudos Pela Superação dos Manicômios – NESM/BA

Núcleo de Mobilização Antimanicomial do Sertão – NUMANS/PE

Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial Libertando Subjetividades/PE